



Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana  
Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o Moderno e o Contemporâneo  
ISSN 1809 - 709 X

## O mal-entendido da linguagem no autismo<sup>1</sup>

**Michel Grollier**

Orcid: [0000-0001-6844-8897](https://orcid.org/0000-0001-6844-8897)

Psicanalista

Membro da École de la Cause freudienne et da Association Mondiale de Psychanalyse (Paris, France)

Professor na Université de Rennes 2 (Paris, France)

E-mail: [michel.grollier@univ-rennes2.fr](mailto:michel.grollier@univ-rennes2.fr)

**Resumo:** O artigo discute o mal-entendido da linguagem no autismo, rejeitando a visão de um simples déficit de comunicação em favor de um posicionamento subjetivo singular. O sujeito autista, embora um *falasser*, tem dificuldade em se inscrever no ato de enunciação (a dialética "eu/tu"), o que impede a interlocução. A clínica se orienta pela suposição de um sujeito no dizer, muitas vezes assumindo o ato de fala para o paciente (enunciação por terceiros). Kanner observou que a linguagem em autistas frequentemente consiste em "frases completas" (holofrases), que são associações congeladas de significantes a um evento real, funcionando como pontuação da realidade ou defesa contra o gozo. Lacan sugere que o autista "ouve a si mesmo", indicando uma relação singular com a voz como objeto pulsional, que não é incorporada como apelo ao Outro. O objetivo do trabalho analítico é fornecer um Outro suportável e reverter a fixação no significante-mestre (S1) isolado, permitindo a articulação simbólica e a humanização.

**Palavras-chave:** Autismo; Ato de Enunciação; Frases Completas; Voz (Pulsão).

**Le malentendu du langage dans l'autisme:** Cet article traite du malentendu du langage dans l'autisme, rejetant la vision d'un simple déficit de communication au profit d'un positionnement subjectif singulier. Le sujet autiste, bien qu'étant un parlêtre, a du mal à s'inscrire dans l'acte d'énonciation (la dialectique "je/tu"), ce qui empêche l'interlocution. La clinique s'oriente vers la supposition d'un sujet dans le dire, souvent en assumant l'acte de parole pour le patient (énonciation par un tiers). Kanner a observé que le langage chez les autistes consiste souvent en "phrases complètes" (holophrases), qui sont des associations figées de signifiants à un événement réel, fonctionnant comme ponctuation de la réalité ou défense contre la jouissance. Lacan suggère que l'autiste "s'entend lui-même", indiquant une relation singulière à la voix comme objet pulsionnel, qui n'est pas incorporée comme appel à l'Autre. L'objectif du travail analytique est de fournir un Autre supportable et d'inverser la fixation sur le signifiant-maître isolé (S1), permettant l'articulation symbolique et l'humanisation.

**Mots clés:** Autisme; Acte d'Énonciation; Phrases Complètes; Voix (Pulsion).

**The Misapprehension of Language in Autism:** The article discusses the misunderstanding of language in autism, rejecting the view of a mere communication deficit in favor of a singular subjective position. The autistic subject, although a speaking being (*parlêtre*), has difficulty inscribing themselves in the act of enunciation (the "I/you" dialectic), which precludes interlocution. Clinical practice is oriented by supposing a subject in the saying, often taking on the speech act for the patient (enunciation through a third party). Kanner observed that language in autists often consists of "complete phrases" (holo-phrases), which are frozen associations of signifiers with a real event, functioning as punctuation of reality or a defense against jouissance. Lacan suggested that the autist "hears themselves", indicating a singular relationship with the voice as a drive object, which is not incorporated as an appeal to the Other. The goal of analytical work is to provide a supportable Other and reverse the fixation on the isolated master signifier (S1), allowing for symbolic articulation and humanization.

**Keywords:** Autism; Act of Enunciation; Complete Phrases; Voice (Drive).

## O mal-entendido da linguagem no autismo

Michel Grollier

### Introdução

Doença do século XXI, o autismo corresponde à ideologia da comunicação global que rege nossa modernidade. Ele também responde a concepções de linguagem oriundas de concepções do século passado. Estigmatizado pela noção de déficit, que se traduz em tentativas de tratamento assemelhadas a uma forma de reparação, efetivamente é mais do lado das capacidades demonstradas por esses sujeitos que pode surgir uma oportunidade de cuidado que respeite sua singularidade.

Lembremos que as crianças estudadas por Kanner raramente eram privadas de linguagem. Atualmente, o “transtorno da comunicação” encontra-se no cerne dos critérios diagnósticos do espectro autista (Wing, 1996), com “anomalias qualitativas nas áreas da interação social” (!), e um “estilo cognitivo e comportamental rígido e estereotipado”. Transtornos, anomalias, e estilo são os conceitos que fundamentam as respostas instrumentais de uma corrente tecnicista e cientificista. Não é de se surpreender que os estudos e recomendações refiram-se constantemente ao “funcionamento” dos indivíduos.

Mas, se os autistas são de fato *falasseres*, portanto capturados na linguagem, torna-se evidente que o uso que fazem dela demonstra um posicionamento que frequentemente desconcerta seus interlocutores. Daí o efeito de mal-entendido específico, sobretudo para aqueles que esperam de um funcionamento mais próximo à “norma” o uso de uma “ferramenta linguística” voltada para a comunicação.

### A questão da linguagem

Está aqui em jogo a noção do que é a linguagem: entre a idéia de uma simples ferramenta de comunicação — passível, portanto, de imperfeição ou de prejuízo motor ou executivo —, e uma linguagem que é a própria causa da inscrição do ser enquanto subjetividade singular.

Uma linguagem que se distingue da linguagem animal apenas por uma maior complexidade, ou uma linguagem humana que, por sua própria imperfeição como ferramenta de comunicação, introduz, por meio do mal-entendido, a subjetividade no encontro com o *alocutário*, primeiro, necessariamente.

Trata-se aqui da oposição entre a ideia de uma linguagem como ferramenta do pensamento — pensamento este, até então inacessível —, e uma linguagem que produz a singularidade justamente em seu uso, por meio de sua própria imperfeição.

O sujeito será portanto aquele que tenta produzir um sentido impossível de dizer, do qual se sente alienado, e que terá de se contentar com aquilo que o *alocutário* lhe devolver.

Um linguista colocaria a questão do autismo como um transtorno grave da função de comunicação, interrogando os modelos de definição da comunicação e da intencionalidade. Uma das teses significativas nesse campo é a defendida por U. Frith, que remete a uma teoria da mente. Com

efeito, o lugar da linguagem na compreensão do ser humano condiciona as diferentes abordagens clínicas.

A questão da existência de um elemento manifesto, apreensível no enunciado do autista por um interlocutor, frequentemente produz um mal-entendido que mistura os conceitos de endereçamento e intencionalidade. Assim, essa criança que, quando se sente desestabilizada no contexto escolar, começa sempre com a palavra “profetora” (*maicresse*), acaba fazendo a professora acreditar que está se dirigindo a ela. Como não compreende o sentido do restante do enunciado, exige sempre mais informações, que a criança não é capaz de fornecer — e tudo isso culmina em: “crise”.

Veremos como Kanner aborda os enunciados das crianças de seu estudo. A questão do enunciado e de sua enunciação vai nos permitir aprofundar nossa análise dessa questão.

Formulamos a hipótese de que existe um sujeito autista, mas que ele não pode ocupar uma posição subjetiva que se inscreva em um ato de fala, uma enunciação. Assim, não há interlocução possível, pois esse sujeito, embora esteja na linguagem, nela não se inscreve. Não podemos, portanto, interpelá-lo com um “tu” de nosso modelo de enunciação (eu/tu).

Trata-se então de associar o sujeito a um ato de enunciação que inventamos para significar aquilo que ele encontra. Por exemplo, podemos nos dirigir a um colega, a respeito do que o sujeito enfrenta, designando-o por aquilo que o nomeia — seu primeiro nome — com o seguinte enunciado: “essa comida incomoda o Pedro; se o Pedro estiver de acordo, você deveria livrá-lo dela jogando-a no lixo.” O sujeito é assim suposto na enunciação, designado pelo significante que o nomeia.

O ato de fala, assumido pelo clínico, produz o sujeito da situação ao associá-lo à enunciação. Isso implica uma orientação de trabalho com o jovem autista que, apostando — como com todo ser humano — em sua possível apreensão pela linguagem, tenta favorecer um certo uso dela.

Trata-se, então, não de verificar (e tentar compensar) um déficit de comunicação, mas de sustentar o vínculo da ação com o dizer, com a possibilidade de o sujeito dizê-la à sua maneira — traço então da responsabilidade do ato.

Freud não dispunha dos elementos da linguística moderna. No entanto, interessava-se diretamente pelo que ele chamava de *palavra*, referindo-se à noção da palavra como assassinato da coisa, e especificando o quanto, na psicose, a palavra valia pela coisa.

Da mesma forma, seu trabalho rapidamente se concentrou na valência sonora da palavra, mostrando o quanto o trabalho do inconsciente (distorções, homofonias, cortes, mas também condensações e deslocamentos) incidia sobre essa valência material, e não sobre seu referente.

É por isso que ele preferia continuar a análise de estrangeiros em alemão, mesmo dominando bem o inglês e um pouco o russo. É o “representante da representação”, como traduziu Lacan, que se vê mobilizado de forma preferencial.

Freud trata a palavra como um superinvestimento psíquico. Ele identifica nela uma composição dupla: a representação de palavras e a representação de coisas. Por representação de palavras, Freud entende uma representação do corpo da palavra — aquilo que H.M. Gauger (1981) reconhece como

significante no sentido saussuriano (apesar de sua relutância em aceitar o lugar preponderante da linguagem na psicanálise).

É essa dimensão acústica que é posta em destaque, o que explica o interesse em ler Freud em alemão para apreciar todo o trabalho inconsciente do paciente sobre essa representação de palavras.

A representação de coisas, por outro lado, é mais do que o significante, e os linguistas aí encontram um domínio de especial interesse. Coloca-se então a questão do conteúdo da palavra, que Gauger, lendo Freud, compreende como essencialmente visual.

Na psicose, Freud dirá que o sujeito trata a palavra como a coisa — elemento que retomaremos em nossa reflexão.

É útil notar que, em seu texto *Esboço de uma psicologia científica* (Freud, 1979), Freud se interessa pelo choro do bebê e dele extrai várias consequências. A partir da noção de *frayage* (canalização ou facilitação), será instituído — com a ajuda da resposta do parceiro (uma “pessoa benevolente”, no texto) — um vínculo, uma associação com a manifestação corporal que é o choro, a inscrição da necessidade em uma dialética mnêmica.

Essa facilitação produz uma capacidade de tratar o mundo que, a partir de um certo número de resistências, leva a uma forma primitiva de pensamento, assim como a uma capacidade ativa: o julgamento.

Essa segunda noção se revelará primordial para Freud. Esse julgamento de atribuição (bom/mau) desembocará em um julgamento de existência que, num segundo momento (*après-coup*), virá para o primeiro plano.

Ele retomará essa questão em seu artigo de 1925, *A negação* (*Die Verneinung*), como propõe Hyppolite (Freud, 1985b).

Mas a forma de pensamento primitiva será, graças a um processo atento, “conduzida a um caminho seguro”, diz Freud (1985/2009, p. 375). É isso que as associações verbais permitem realizar, explica ele na terceira parte de seu texto do *Esboço* (Freud, 1979).

Para suprir o fato de que os canais de pensamento deixam atrás de si não a memória, senão seus efeitos, a linguagem se estabelece como via de entrada na história humana.

Ele escreve então: “os indícios de descarga pela via da linguagem podem servir para suprir essa insuficiência. Eles levam os processos cognitivos ao plano dos processos perceptivos, conferindo-lhes uma realidade e tornando possível sua recordação” (Freud, 1979, p. 376).

Assim, para Freud, a lógica da linguagem encontra sua origem na noção de relação com o objeto e na compreensão, por meio de uma associação. Com os objetos que provocam o choro, há uma associação entre um som e uma percepção: “nossos próprios gritos conferem ao objeto, seu caráter” (Freud, 1979, p. 377).

Com os objetos sonoros ou que emitem som, pode surgir a imitação. A introdução da associação dos sons emitidos voluntariamente com as percepções permite, então, a memória da percepção e a consciência.

Freud insiste na passagem do objeto sonoro pelo corpo do sujeito, nos dois casos, para produzir esse primeiro ancoramento na linguagem. Bernard Golse (1999) - formado em linguística, ciências e biologia, além de psiquiatra, psicanalista e professor de psiquiatria -, se debruçou sobre esse vínculo específico entre o corpo e a linguagem em Freud.

Foi assim que ele se interessou pelas relações entre a música e as origens da linguagem. Não retomaremos aqui as contribuições que isso traz em relação às crianças autistas, concentrando nosso estudo especificamente na questão da enunciação.

Com Ferdinand de Saussure (1916), a linguística passou a abordar o signo linguístico de maneira renovada. Se Saussure distinguiu duas faces no signo linguístico — um suporte sonoro, o significante, que aparece como enunciado, e um referente, o significado —, ele insistiu em precisar que é na articulação dos significantes que se produz a significação.

Desde o início, reencontra-se no centro o vínculo entre linguagem e comunicação, com o debate entre mentalismo e empirismo sendo renovado pelo aporte de um novo instrumental teórico. A questão dos antigos — presente no Crátilo ou na crítica aristotélica ao paradoxo de Antístenes —, que se prolongou através das contribuições de Hume e Descartes, continua a perturbar os debates.

Qual é a relação entre o signo e o objeto? Que lugar se dá à significação? E, mais recentemente, que validade se deve reconhecer a um enunciado para considerá-lo verdadeiro?

A questão permanece, para cada sujeito: por que falar?

Antes de tudo — e além do estatuto do signo — é a dimensão da estruturação própria da linguagem que prevalece; a linguagem é uma lei que autoriza a criação, desde que dentro de seu quadro.

“Pois, as coisas nada dizem umas às outras, nenhum fato nos informa sobre qualquer outro; é sempre necessária a mediação de uma lei, de uma generalização, ou seja, da linguagem” (Khan, 1989, p. 7).

Essa é uma noção presente desde o início em Saussure e que se impõe de forma imperativa: “a língua é algo que se sofre, e não uma regra livremente consentida” (Saussure, 1916, p. 104).

A linguagem está aí antes do sujeito, que, como ser humano, só pode nela se alojar. E se Saussure concebia a questão da comunicação como primordial, ela estava contida na particularidade dessa linguagem que, como aponta Chomsky, se baseia em uma criação permanente: “o uso normal da linguagem é inovador” (Chomsky, 1970, p. 26).

Benveniste (1966), por sua vez, interroga o ato de fala como fundamento da interlocução, e mais ainda, do “sujeito da enunciação” — fórmula que ele inaugura e da qual Lacan fará uso. Esse ato, para Benveniste, realiza algo da ordem de uma presença: a presença do sujeito. Mas Benveniste, como linguista, formaliza distinções. O signo como unidade da língua é situado do lado do enunciado; a frase, unidade do discurso, é situada do lado da enunciação (Benveniste, 1966). Assim, para Benveniste, a linguagem em ação é o que ele chama de discurso. A enunciação é, portanto, o processo de uma apropriação singular da língua, que torna a língua efetiva e viva na posteridade, criando um efeito de

comunidade.

Encontramos então, no que diz respeito à aprendizagem da língua, essa posição específica de Benveniste: "O que a criança adquire, ao aprender a falar, como se diz, é o mundo no qual ela vive na realidade, que a linguagem lhe entrega e sobre o qual ela aprende a agir" (Benveniste, 1966, p. 81).

Vemos nessa abordagem toda a problemática que se revela quanto a uma concepção do autismo, pois, nessa concepção, não há mundo conhecível sem a relação mediadora da linguagem. A língua, assim, é a faculdade de simbolizar, ou seja, separar, tratar, ordenar, e, portanto, uma via de tratamento do gozo que afeta todo ser humano enquanto possui um corpo.

Para Benveniste, então, a dimensão da comunicação é secundária em relação à linguagem, ficando atrás da possibilidade de presentificar uma posição subjetiva: "a comunicação deve ser considerada como a atualização dessa faculdade de subjetivação da linguagem" (Dessons, 2006, p. 100).

Mais adiante, Benveniste (1966) afirmará que as duas únicas pessoas do discurso são o "eu" e o "tu", sendo o "ele" uma não-pessoa — o que levará, posteriormente, a debates entre linguistas. Reteremos de Benveniste (1966), relendo Saussure, que o "dito" conta menos do que o "dizer", pois o sujeito está no dizer — esse ato que conduz à hipótese do sujeito como sujeito da enunciação, hipótese retomada por Lacan de forma mais radical. Um autor como Lévinas também se inscreverá, à sua maneira, nesse caminho, articulando a ação do dizer com o produto do dito.

Chomsky (1970) também é um autor para quem uma língua é algo criado pelos indivíduos que a falam, mas ele abordará a questão da língua diferenciando, em um primeiro momento, competência e performance. Sustentando também a dimensão de criação infinita de que dispõe o falante, ele se refere primeiramente à relação entre essa criação e os meios finitos de que dispõe. Assim, ele também se interessa de forma privilegiada pela relação entre locutor e ouvinte, deslocando a abordagem do "eu-tu" de Benveniste (1966). Ele trata disso a partir do descompasso entre uma performance consciente e uma competência inconsciente. Chomsky (1970) retoma de Saussure a ideia da invenção regular do uso de uma língua, que ele considera livre de qualquer estímulo exterior (ponto importante na divergência com o que é testemunhado nos casos de autismo). Mas é na competência que, para ele, se alojam a adequação e a coerência da produção de um enunciado.

Resta que, para Chomsky — que criticará radicalmente as abordagens comportamentalistas da linguagem — existe uma realidade mental subjacente ao uso da língua, realidade essa à qual é necessário acessar, e que atua numa operação de transformação gramatical que permite ao falante um uso possível de sua língua (Chomsky, 1970). Há, com Chomsky, um sistema de gramática da língua que está fora do alcance do uso consciente — uma relação profunda com a língua, que se opõe à gramática superficial aprendida pelo falante. Pois, de fato, essa gramática é inata, como Chomsky deixa bem claro. Lacan o seguirá nessa questão da adequação do ser humano à linguagem.

A gramática gerativa de Chomsky trata do sentido, pois, para ele, "cada língua pode ser considerada como uma relação particular entre o som e o sentido" (Danchin & Riviere, 1971, p. 138) —

sendo o som relativo à estrutura de superfície e o sentido à estrutura profunda. Assim, “a gramática de uma língua é um sistema de regras que determina um certo acoplamento entre som e sentido” (Chomsky, 1970, p. 33).

Há um ponto crítico que Lacan destacará: o de invocar a vontade do falante, o que representa o retorno a uma psicologia anterior à enunciação. Chomsky (1970, p. 63) interpela assim a leitura de Saussure:

foi um fracasso porque tais técnicas se limitam, no melhor dos casos, aos fenômenos da estrutura de superfície e, portanto, não podem revelar os mecanismos que sustentam o aspecto criador do uso da linguagem e a expressão do conteúdo semântico.

A análise que ele retoma do enunciado sobre Deus, extraído de Port-Royal, mostra a problemática da existência de uma distância entre enunciado e enunciação, e a tendência psicologizante é antecipar essa distância num falante encarnado, do qual temos dificuldade de apreender a consistência lógica — mas que tranquiliza por seu ancoramento na realidade. A escolha de Benveniste parece mais lógica em sua radicalidade. Chomsky (1970), portanto, procura por trás da linguagem um espírito ou uma natureza que se revelaria, mas ele esclarece que só se saberá algo a esse respeito por meio dos elementos extraídos da análise da linguagem — e mais precisamente do uso das regras finitas da gramática gerativa própria à língua utilizada pelo falante. A questão de um ser presente, com sua vontade, por trás daquilo que manifesta sua existência no mundo além do corpo (que encarna a parte do real), permanece como a marca da diferença entre esses autores quanto à referência ao sujeito. Podemos reter da posição de Chomsky, nesse ponto, o fato de que ele fala da linguagem como uma ferramenta, na sequência. E é notável que este continue sendo o ponto de impasse dos estudos em neurociência. Esses pesquisadores estão à procura de uma localização neurológica do pequeno ser no ser, fonte da decisão primeira (grandes conferências internacionais do RdoC<sup>2</sup> se debruçam sobre essa questão). Em suas contribuições linguísticas ao estudo do pensamento, Chomsky (1970) afirma que se trata de conhecer os processos mentais por meio da linguagem.

Por outro lado, é interessante notar a lógica da construção da linguagem na criança, segundo Chomsky: “a criança deve reconstruir em si mesma a gramática gerativa da língua falada ao seu redor, com base em experiências muito pobres” (Danchin & Riviere, 1971, p. 145). Daí sua conclusão: “a competência existe primeiramente como um sistema virtual no espírito da criança, e o ambiente apenas estimula essa competência inata” (Danchin & Riviere, 1971, p. 146). Em sua reflexão, Chomsky observava o quanto um dos sinais do acesso à linguagem reside nessa criação necessária que implica dizer a mesma coisa de outra forma. Podemos então resumir: “uma criança acessa a verdadeira linguagem e sai da simples repetição quando, para dizer a mesma coisa que quem fala, ela entende que é preciso dizer outra coisa (ela transformará assim o ‘eu’ em ‘tu’...)” (Khan, 1989, p. 40).

Ducrot, outro linguista, precisa um ponto de articulação que introduz no dizer e no dito uma

dificuldade: “há necessidade, por parte do ouvinte, de supor um significado para o enunciado” (Ducrot, 1984, p. 13). Ducrot observa que muitas das dificuldades da semântica linguística decorrem do fato de que se distingue mal o destinatário — personagem da comédia ilocutória — do receptor real da mensagem. Há aí toda uma reflexão sobre o ato que a linguagem permite, que mais uma vez interroga o descompasso entre o que se encarna no produtor empírico do enunciado e o locutor que é designado no enunciado como autor. Um retorno, mais uma vez, àquela diferença entre a posição de Benveniste — de um sujeito produzido no ato de enunciação — e uma vontade que desencadeia a produção de um enunciado. Enunciado este que sempre instaurará um descompasso na representação que ele produz do seu ser. Esses dois pontos se sobrepõem na constatação que se presentifica, no mundo humano e por efeito da linguagem, através de um sujeito que jamais recobrará totalmente o ser que se encarna em seu corpo. Aporia reflexiva que impõe um limite ao saber da ciência linguística.

Há muito tempo, autores oriundos, na maioria das vezes, da psiquiatria ou ao menos da psicopatologia, vêm interrogando as manifestações linguísticas no campo das patologias. Freud, neurologista, produziu um estudo sobre a afasia que ainda marca esse domínio. Resta, então, a questão das perturbações “psiquiátricas” dos enunciados. Encontramos na psicopatologia a seguinte constatação: “A linguagem do afásico é frequentemente muito mais desorganizada do que a do psicótico, mas o é segundo regras sistematizáveis, regras a partir das quais é possível, por vezes, definir verdadeiras gramáticas afásicas” (Boyer, 1981, p. 11). Assim, a esquizofrenia tem sido objeto de múltiplos estudos, mas nenhum modelo estável de núcleo esquizofrênico pôde ser descrito. Encontram-se perturbações lexicais ou sintáticas comuns, mas cada paciente reinventa seu próprio código. Com referências diversas, encontramos os trabalhos de Irigaray, Ducrot, Austin, Dubois, Osgood, Pavlov, Skinner... Um importante trabalho de síntese havia sido realizado sobre esse tema em 1966 por Lantéri-Laura (1966). Aliás, reencontramos o mesmo autor com outros, sobre o mesmo tema, em 1994 (Lantéri-Laura, Khaiat & Tevissen, 1994).

Os estudos abordaram os neologismos, a partir de Snell (1852/1980), depois Tanzi (1904/1982), Séglas (1892) e, no século XX, os trabalhos inaugurados por Chaslin (1912) et Cenac (1925). Houve pesquisas sobre os distúrbios sintáticos desde o agramatismo de Hussmaul, a acatafasia e depois a esquizofasia de Kraepelin; o paragramatismo de Bleuler ou ainda os bloqueios de Guiraud. Também foram feitos estudos sobre a glossolalia e a glossomania, chegando até as pseudoglossolalias de Bobon (1947/1988), seguidos por toda uma série de pesquisas decorrentes das controvérsias entre White e Eisenson sobre o arcaísmo, pesquisas sobre os distúrbios do comportamento verbal, análises de conteúdo e estudos dos paralinguagens.

No que se refere à esquizofrenia, os estudos baseiam-se na hipótese de que as anomalias linguísticas revelam anomalias do pensamento. Desde Bleuler, os trabalhos foram retomados por autores como Chapman ou Goldstein. Kassinin explicará: “Certos termos utilizados pelos esquizofrênicos só têm valor por referência a experiências pessoais: as categorias constituídas resultam de uma analogia fisionômica ou experimental, mas não conceitual” (Boyer, 1981, p. 66). Esta constatação vai aparecer



nos relatos clínicos de Kanner. Veremos que eles ilustram essa inscrição específica do psicótico e do autista na linguagem. Permanecerá o debate entre Chaïka e Fromkin sobre a abordagem linguística dos distúrbios, a partir da discussão sobre a dimensão de distúrbio do pensamento ou de distúrbio puramente linguístico. Podemos dizer, atualmente, que todos esses trabalhos não produziram até hoje resultados aproveitáveis, ainda que tenham contribuído para abrir o debate. Alguns pesquisadores, no entanto, continuaram nessa linha, como Luce Irigaray sobre a esquizofrenia, ou a linguista Monique Thurin.

Isso não esgota o debate sobre o significado, que, em última análise, é efeito de socialização, ou seja, da possibilidade de compartilhar sentido. Mas é interessante notar a frequência, na criança autista, da repetição sem modificação de um enunciado ouvido, mesmo em um contexto coerente quanto ao seu objeto (Grollier, 2007). Déficit no uso do código ou investimento subjetivo impossível na lei da linguagem? Na ausência de provas sobre a causa, apenas as respostas fornecidas pelo entorno ou pelo terapeuta deveriam nos dar uma pista — a não ser que retomemos a constatação feita por Baghdadli:

Nossos principais resultados confirmam a diversidade das práticas, ressaltam a falta de dados publicados sobre a eficácia das intervenções (em particular as estratégias institucionais mais comuns na França) e indicam que nenhum algoritmo terapêutico ou educativo simples pode, por enquanto, ser proposto por falta de dados empíricos suficientes. (Baghdadli, Noyer & Aussilloux, 2007, p. 2).

É interessante notar, aliás, que esse debate reaparece no âmbito da questão da aquisição da linguagem pela criança. Sem retomar demasiadamente as divergências entre Pichon, Piaget e Wallon (Grollier, 2010) e a questão da preeminência do pensamento, do ato ou da linguagem, foi, no entanto, na esteira de Pichon, clínico, que o interesse se centrou, desde os anos 1930, primeiramente sobre o alocutário (Pichon, 1936/1953), ou seja, o parceiro que introduz a linguagem no encontro com a criança (a “pessoa auxiliadora” para Freud (Freud, 1979, p. 376). Em seguida, sobre o vagido e a lalação, o primeiro sem qualquer significação linguística, a segunda como tentativas que ainda não têm dimensão de gozo do órgão e de repercussão dos cantos dos adultos. Ele insiste na invenção que está em jogo em cada pequeno sujeito e na importância da melodia. Trata-se, evidentemente, da questão que é tratada contemporaneamente pelos linguistas por meio da prosódia, mas, como Pichon era psicanalista, aquilo que ele destaca do corpo ganha todo o seu peso. Lacan, nesse ponto, extraiu daí a noção do grande Outro e da língua como gozo primeiro e privado da linguagem.

Obviamente, isso se opõe a posicionamentos mais radicais, como o de Quine: “O linguagem é aprendida ou adquirida por meio do encadeamento de uma série indefinida de reflexos condicionados envolvendo os órgãos da fonação em resposta a estímulos sensoriais” (Quine, 1962, p. 141).

Quine é um “continuista”, no sentido de Largeault (Largeault, 1994), crítico fundamental da

noção de significação, mas vemos aqui o retraimento sobre uma adequação ao ambiente e aos seus estímulos, com a exclusão da questão da criação na linguagem.

Os autores pragmáticos que vieram em seguida, portanto, apoiaram-se no campo da reeducação. Naturalmente, a linguística diversificou-se apesar dessas posições marcadas. Austin (1970) remodelou o pragmatismo, assim como Searle, que propôs que falar uma língua é "engajar-se em uma forma de conduta governada por regras" (Searle, 1972, p. 48). A relação entre o enunciado e o ato estava, de todo modo, reafirmada aí, fundamentando inclusive, em parte, a tese de Austin (1970).

Diante dessas dificuldades, os pesquisadores fazem escolhas. Por exemplo, Thibault (2011, p. 262), ao tratar da aprendizagem e dos transtornos da linguagem na criança, propõe: "São, de fato, as interações comportamentais e necessariamente afetivas que reforçam a dimensão semântica da linguagem (mas também a do domínio não verbal, gestual e da mímica), bem como a dimensão pragmática."

De fato, com essa orientação, o mistério permanece intacto, mas aprenderiam por conexão fisiológica — ou por decisão!

## Lacan

A linguagem, para Lacan, é a condição do sujeito, aparelho que articula o gozo, sendo que Lacan enuncia: "de aparelho, não há outro senão o da linguagem" (Lacan, 1972/1975a, p. 52).

O gozo é aquilo que testemunha o vivente no corpo, que se manifesta incessantemente e que Freud articulou, sobretudo, por meio na pulsão (que já é uma construção). Assim, se Lacan observa que, para o bebê, há uma presença do mundo — um mundo que o excita —, com o surgimento da linguagem, o pensamento se estrutura e, no depois, pela via do recalque, constitui um mundo que o sujeito pode pensar. Lacan se interessará, notadamente, por essa questão do grito e pelo surgimento das palavras como um tratamento daquilo que se manifesta. Em seu seminário de 1959 sobre *A Ética da Psicanálise*, ele retoma essas passagens sobre a coisa que precede o objeto e sobre o grito no Projeto (*Entwurf*), do qual ele diz: "esse grito, direi eu, nós não precisamos dele" (Lacan, 1986, p. 68).

Lacan, ao tomar o caminho das palavras em sua origem de motus (movimento), retira daí essa posição freudiana: não sabemos nada além desse discurso. O que vem à consciência "é a percepção desse discurso, e nada mais, é aí exatamente que está o seu pensamento" (Lacan, 1986, p. 68), diz ele.

Assim, sustenta-se sempre na clínica essa inscrição necessária do sujeito na linguagem por meio de um significante que o fixa (chamado então de "significante mestre"), alienação necessária a um uso possível da linguagem. O sujeito, então, não é senão o que surge na articulação do S1 com um outro significante; essa construção S1–S2 forma a base do que Lacan chamará de discurso, ou seja, a base de um laço social que Lacan não estabelece em uma intersubjetividade.

Entramos, com Lacan, na dimensão da língua em que, após uma passagem singular e primitiva pelo que Lacan chama de lalíngua, poderá emergir uma fala. Assim, ele dirá: "Não há senão suportes

múltiplos da linguagem que se chamam lalíngua, e o que seria bom mesmo é que a análise, por uma suposição, chegasse a desfazer pela palavra aquilo que foi feito pela palavra” (Lacan, 1977, s/p.). O laço, assim, é o da aprendizagem de uma língua, entre outras, por um sujeito que a transforma, para si, em lalíngua, lugar de todas as equívocas possíveis, mas também de todas as criações.

Todo pensamento, para Lacan, é constitutivo do campo da linguagem, o que o situa mais na linhagem de Benveniste no que se refere às referências linguísticas. “Não há pensamento que não funcione como a fala, que não pertença ao campo da linguagem” (Lacan, 1974, p. 3).

Vimos que, para as correntes anglo-saxônicas — inclusive em parte a gramática gerativa de Chomsky —, a linguagem é uma via de acesso ao espírito do falante, que é esperado como causa oculta. O pensamento aí é suposto como utilizando a linguagem como uma ferramenta, ao passo que, com Lacan, a linguagem é consubstancial ao sujeito e ao pensamento que ele expressa. É, portanto, ao articular essa língua chamada materna que o sujeito produz a fala que Lacan toma como podendo ser um ato de enunciação que carrega a presença do sujeito em sua própria produção. Lacan interessa-se, assim, por um sujeito da enunciação.

Lacan tende a instituir uma “linguisteria” (como ele mesmo diz várias vezes), que se afasta pouco a pouco da linguística, uma ciência do significante mais do que da significação, centrada então no *falasser*, para uma “teoria que sozinha pode dar conta do que, na fala, resiste à linguística”, como escreve N. Kress-Rozen (1981, p. 161).

Chegamos então a essas duas frases, repetidas várias vezes e cuja forma acabada encontra-se no texto *L’étourdit*:

Que se diga fica esquecido atrás do que se diz no que se ouve. Esse enunciado, que parece uma asserção para se produzir sob uma forma universal, é de fato modal, existencial como tal: o subjuntivo com que se modula seu sujeito o testemunha. (Lacan, 2001, p. 449).

O dizer como traço do sujeito encontra-se subvertido pelo que é dito enquanto isso é ouvido. Como não pensar aqui na conversa de Lacan com o Dr. Cramer durante a conferência sobre o sintoma em Genebra, em 1975? (Lacan, 1985) Cramer retoma a questão do lado da criança, o “é preciso ainda que a criança o ouça”, a propósito da mãe. Para Lacan, ouvir faz parte da fala. Ele esclarece: “Que você levante a questão de que existam seres que não ouvem nada é sugestivo, com certeza, mas difícil de imaginar” (Lacan, 1985, p. 18). Cramer então introduz a questão das crianças autistas, e Lacan (1985, p. 18) diz:

Como o nome indica, os autistas se ouvem a si mesmos. Eles ouvem muitas coisas. Isso normalmente desemboca na alucinação, e a alucinação sempre tem um caráter mais ou menos vocal. Nem todos os autistas ouvem vozes, mas eles articulam muitas coisas, e o que eles articulam, trata-se justamente de ver de onde eles ouviram isso.

Temos então uma abordagem da clínica das crianças autistas em torno de uma relação singular com a voz do Outro, isto é, o lugar de origem dos significantes, que costuma encarnar-se na mãe e nos diversos objetos parceiros da criança. A questão sendo aqui, como diz Lacan, ver de onde elas ouviram o que nos produzem.

Está aí uma conexão direta com a própria clínica de Kanner, que busca de onde vêm os enunciados surpreendentes dos autistas.

Então, quando Cramer diz que eles não conseguem nos ouvir, Lacan (1985, p. 20) corrige: “Mas isso é algo totalmente diferente. Eles não conseguem ouvir o que você tem a lhes dizer enquanto você está se ocupando com eles”.

Trata-se, portanto, diretamente da posição de parceiro, que supõe uma enunciação daquele que quer se ocupar da criança, mas que não encontra um destinatário. E quando Cramer explica que, para ele, a linguagem deles está fechada, Lacan (1985, p. 20) responde: “É justamente isso que faz com que nós não os escutemos. É que eles não os escutam. Mas enfim, certamente há algo a lhes dizer”.

Lacan nos orienta, portanto, para as condições necessárias de um dizer que sustente o lugar do sujeito autista sem visá-lo numa interlocução que apenas carregasse nossa demanda. E Lacan, que sustenta sua posição sobre o humano como ser de linguagem — faz do ser humano, na própria essência do que é linguagem, um efeito de linguagem — vai insistir na questão dos autistas:

Trata-se de saber por que há algo no autista, ou naquele a quem chamam esquizofrênico, que se congela, por assim dizer. Mas não se pode dizer que ele não fala. Que vocês tenham dificuldade em escutar, em dar sentido ao que eles dizem, não impede que sejam personagens, no fim das contas, bastante verborrágicos. (Lacan, 1985, p. 20).

Com Lacan, temos, portanto, um ponto que faz obstáculo à fala, algo que se congela, e o que eles produzem na língua é dificilmente acolhível, por não estar articulado como enunciação que nos seja endereçada, da qual sejamos parceiros. Que seja o S1 que engata o sujeito no aparelho da linguagem (como vimos) é uma das hipóteses privilegiadas no campo freudiano — ou melhor ainda, uma petrificação no S1 que então permanece sem possibilidade de ligação com um S2.

Essa é uma das proposições de Rosine e Robert Lefort, que, desde sua participação no seminário de Lacan, representaram uma corrente importante no acolhimento de crianças autistas e psicóticas em continuidade com Lacan. Essa concepção apoia-se na construção do grito na criança — primeira elaboração sonora — que deve encontrar, na resposta do Outro, o Outro materno, sua transformação em apelo. Essa transformação faz do grito, no *nachträglich* (no depois), um S1 articulado ao S2 da resposta.

Lacan, já interpelado a respeito do grito durante a conferência sobre o sintoma, havia dito:

“Freud fala do grito em um momento. Seria preciso que eu o reencontrasse para vocês. Ele fala do grito, mas isso cai por terra” (Lacan, 1985, p. 20). Ele faz aqui referência à passagem do *Esboço* (*Entwurf*) sobre a qual já falamos anteriormente. Ele retomará também essa reflexão em seu seminário para trabalhar novamente a questão do grito.

### **Um objeto pulsional: a voz! Da voz à fala**

A voz não é apenas o som vocalizado que permite sustentar uma comunicação — ela permanece como algo propriamente humano, algo que podemos discriminar como sinal de uma presença humana. É por isso que, renunciando por ora à constituição de uma ferramenta de vocalização que conduza sistematicamente a uma voz desumanizada, os promotores das máquinas “falantes” preferem utilizar vozes humanas pré-gravadas. O efeito, no entanto, continua sendo bastante desconcertante e pouco satisfatório. Com a voz, surge o conceito de presença humana, depois a noção de linguagem humana — esse elemento tão específico no universo dos idiomas. E, no entanto, algumas crianças têm dificuldades com a voz, suportando-a mal ou dando-lhe pouca importância. A partir disso, o acesso delas à linguagem torna-se frequentemente problemático, embora nem sempre impossível.

Da mesma forma, outros sujeitos, tiranizados pelo significante no seio da linguagem, ouvem-no ressoar como uma voz em seus ouvidos — uma voz outra, na maior parte das vezes difícil de localizar. A voz encerra, assim, um índice da singularidade do pequeno sujeito, a tal ponto que um dos pais pode reconhecer a voz de seu bebê entre outras. G. Konopczynski (2005, p. 40) nos indica, a esse respeito, sobre as mães:

elas identificam seu próprio bebê em gravações reunindo crianças da mesma idade e chorando pelas mesmas razões, pois esses choros contêm igualmente traços pessoais que a criança guardará por toda a vida — com, é claro, algumas mudanças em certas características (como a muda vocal).

Aliás, ele rapidamente começará a modular essa voz para conversar com seu parceiro, como mostra o mesmo autor. Pois, se a voz é primeiramente o primeiro ponto de ancoragem do pequeno ser em sua comunidade — por meio de um parceiro que o socorre, como escreve Freud em seu *Esboço de uma psicologia científica* (1979) — é em sua melodia que ele oferece o que reconhecemos como prosódia. Essa prosódia, que oferece tantas indicações, é um dos principais elementos percebidos pelo feto, o que tende a explicar como a criança, ao nascer, reconhece sua língua materna e nela se inscreve.

Mas, para que se abra esse suporte tão específico que é a palavra em sua dimensão significativa — ou seja, articulada na estrutura — é necessário que, a partir da prosódia, no campo sonoro, a criança passe pela articulação significativa que abre para a estrutura da linguagem humana. É essa abertura que Freud enfatiza em seu exemplo do *fort-da* (Freud, 1985a). Aliás, aprendemos com Jones (2006) que Freud acompanhou com interesse o curso de Brücke sobre a fisiologia da voz e da linguagem. No

entanto, Freud não chega a inscrever a voz entre os objetos pulsionais.

Ainda assim, a pulsão em Freud é uma resposta à intrincação entre o corpo e o sujeito, que se inscreve numa parceria com o objeto segundo uma dinâmica que circunscreve uma perda potencial, além da necessidade, centrando-se em um objeto específico que permite a elaboração de um circuito. Esses objetos foram inicialmente três: o seio, o excremento e até mesmo o falo, aos quais ele acrescentou duas subcategorias — o dinheiro e a criança —, objetos que vêm responder à dimensão da perda na relação do pequeno ser com o mundo. A essas pulsões oral, anal e genital, supostamente conduzindo a criança a uma forma de civilização do corpo, Lacan acrescentou pelo menos dois objetos e, portanto, duas pulsões (colocando, ao mesmo tempo, em questão o estatuto do falo e interrogando a própria hipótese da pulsão “genital”!). Trata-se da pulsão escópica com o objeto olhar, e daquela que nos interessa aqui: a pulsão invocante com o objeto voz (Lacan, 1963-1964/1973).

Com efeito, para Lacan, chamar, fazer-se chamar, inscreve o pequeno ser na comunidade ao menos tanto quanto comer e ser comido, ou as outras versões da pulsão. Já em seu seminário sobre *Os escritos técnicos de Freud* (Lacan, 1953-1954/1975b), Lacan, recebendo o caso do pequeno Robert levado por Rosine Lefort, considera que esse menino “hiperativo” se interessa por duas palavras que parecem aparelhá-lo (“madame” e “loup” [“loba” ou “lobo”]). “O lobo” é o grito que surge sempre que a criança se encontra em dificuldade — inclusive diante da própria imagem. Mas esse grito desaparecerá após as interpretações de Rosine Lefort, numa verdadeira cerimônia de batismo na qual a criança se apropriará do prenome Robert.

Ao escutar o relato desse caso, Lacan precisará que a palavra “lobo” não designa nada nem ninguém a priori, mas “qualquer coisa, na medida em que possa ser nomeada”. É o exemplo de uma fala reduzida ao seu caroço, mas um caroço absolutamente necessário à instauração de um diálogo — desde que se permita à criança instrumentalizá-lo. De “madame” fala-se menos, sobretudo porque o que emerge, num dado momento, é um “mamãe”, quando a criança, querendo fugir, se depara com o vazio da escada. Do vazio, ele passa à perda, e então a uma tentativa de castração real — felizmente sem consequências para seu corpo. Mas, a partir dessa irrupção da falha, do buraco, poderá desenvolver-se um verdadeiro trabalho analítico que buscará dar a essa perda algo que valha como pulsão, circuito, e que permita definir novos objetos.

O caso é relatado no seminário, mas foi retomado e desenvolvido a partir das notas de Rosine Lefort em *Les structures de la psychose* (Lefort & Lefort, 1988). Entre a voz primordial e o significante, há, portanto, a possibilidade de tais “caroços” que inscrevem, a seu modo, o sujeito numa certa relação com o significante. Sem entrar especificamente nas contribuições de Lacan — e notadamente em seus trabalhos sobre a alienação —, temos aqui o traço do que faz o caminho da voz: via de acesso ao significante. J.-A. Miller precisa (em sua leitura do seminário *De um Outro ao outro*) que, nesse acréscimo, o olhar e a voz “são antes objetos em relação com o desejo” (Miller, s.d., p. 66), enquanto o seio e o objeto anal são objetos ligados à demanda. Ele deduz isso do que Lacan afirma: “Somos aqui forçados a supor o olhar e a voz já construídos”. Em seguida, ele observa o caráter indireto desses dois

últimos objetos, ligados à demanda de duas maneiras diferentes: “O primeiro, o seio, é a demanda feita ao Outro, enquanto o objeto anal se inscreve na construção de Lacan — que aqui não é retomada — como a demanda que provém do Outro” (Miller, s.d., p. 65).

Em seu trabalho intitulado *Lacan e a voz*, Miller (1994) aprofunda essa construção. E, em particular, essa observação surpreendente à primeira vista: “Isso já basta para, em primeira vista, assinalar que a voz como objeto *a* não pertence de modo algum ao registro sonoro” (Miller, 1994, p 31). Ele detalha mais adiante:

Se a voz como objeto *a* não pertence de modo algum ao registro sonoro, isso não impede que as considerações que podem ser feitas sobre a voz a partir do som — enquanto distinto do sentido, por exemplo — ou sobre todas as modalidades, tiques, a entonação, só possam se inscrever na perspectiva de Lacan ao se ordenarem à função da voz, por assim dizer, como afônica. Isso é sem dúvida um paradoxo, mas que decorre do fato de que os chamados objetos *a* só se ajustam ao sujeito do significante ao preço de perderem toda substancialidade — sob a condição de serem centrados por um vazio, que é o da castração. (Miller, s.d., p. 31).

Trata-se aqui de responder ao que Pichon encontrou com seu interesse pela lalia (sobre a qual Lacan dirá que esse termo o inspirou para criar seu neologismo lalíngua). Miller então observa: “Eu diria que a instância da voz merece ser inscrita em terceiro lugar, entre a função da fala e o campo da linguagem” (Miller, s.d., p. 32). O que J.-A. Miller propõe é essa função tão particular do objeto voz: testemunhar uma singularidade sem dizer nada a respeito dela.

Se se postula que não se pode falar sem voz, apenas ao dizer isso já se pode inscrever no registro da voz aquilo que constitui um resíduo, um resto da subtração do significado ao significante. E pode-se, à primeira vista, definir a voz como tudo aquilo que, do significante, não contribui para o efeito de significação. (Miller, s.d., p. 32).

Isso leva a atribuir um interesse importante a esse objeto no caso do *falasser* autista.

A esse respeito, a voz — no uso muito especial que Lacan faz dessa palavra — é, sem dúvida, uma função do significante — ou melhor, da cadeia significante enquanto tal. ‘Enquanto tal’ implica que não se trata apenas da cadeia significante enquanto falada e ouvida, mas também enquanto escrita e lida. O ponto crucial dessa voz .que a produção de uma cadeia significante – como eu digo nos próprios termos de Lacan – não está ligada a tal ou tal órgão dos sentidos, ou a tal ou tal registro sensorial. (Miller, s.d., p. 32).

Assim, a voz como objeto será a voz do Outro, e Miller termina dizendo: “A esse respeito, a voz

é a parte da cadeia significante inassumível pelo sujeito como 'eu', e que é subjetivamente atribuída ao Outro" (Miller, s.d., p. 33).

Que a voz seja um objeto do desejo, introduzido pela presença do Outro, exige que essa presença seja suportável para o *falasser*, o que os intercâmbios de prosódia ao pé do berço, acompanhados de júbilos compartilhados, testemunham. Contudo, vimos que o pequeno *falasser* autista não participa disso, ou o faz o mínimo possível. Forclusão de um desejo do Outro antes mesmo que ele possa oferecer um suporte onde o pequeno *falasser* poderia inscrever seu potencial lugar de sujeito. A tal ponto que o aprendizado da linguagem se daria então sem que isso sustentasse a circulação das satisfações.

A criança em risco autista, por exemplo, apresenta uma resistência surpreendente em tratar e reconhecer a voz. A voz, como os outros objetos pulsionais, encontra-se de fato inscrita no coração do desnível que eles criam, por sua existência, em relação ao Outro. Eles fundam assim a ideia de limite, de fronteira. Autores como Sauret consideram que, para o autista, esse Outro seria, quando ele não se defende, o lugar imaginário dessa pessoa socorrista (o próximo) privada de sua voz e, portanto, do acesso simbólico. É então através desses objetos que fazem sinal do real dessa presença do Outro que um sujeito autista poderia se ajustar.

Seguindo o comentário de Lacan que qualificava o autista de "verbo", Maleval, por sua vez, precisa que esse verbiage "parece ter a função de sufocar e conter uma voz cuja manifestação ele teme" (Maleval, 2007, p. 131). Se o autista não está fechado à voz enquanto som, ele não conseguiu "incorporá-la", torná-la um objeto do desejo do Outro. Um número de pesquisas, incluindo o trabalho de Gervais e seus colaboradores (Gervais et al., 2004), vai na mesma direção, demonstrando que o autista não discrimina a voz humana de outras manifestações sonoras: para o autista, a voz é desligada do significante, fora de sentido, um ruído como outro qualquer, não é sinal da presença do outro, no sentido de um semelhante. Esse objeto pulsional, que não pode existir sem o Outro, leva o sujeito a prescindir dele tanto quanto possível. Com efeito, assim como o olhar é extraído do Outro — e de maneira ainda mais explícita — a voz é primeiramente recebida do Outro. Embalado pelas vibrações da voz, banhado nos sons maternos, o pequeno ser é capturado pela voz humana que, desde já, o designa, lá onde ele ainda não é. É precisamente isso que o autista recusa. Assim, para Maleval (2007, p. 130), "nada angustia mais o autista do que o objeto vocal".

A partir daí, compreendemos que os outros objetos da pulsão (especialmente o oral e o anal), traços desse corpo em seus limites e orifícios, também não podem se inscrever, na ausência de um circuito possível para articulá-los — circuito esse que requer uma lógica simbólica. Sua existência real deixa o sujeito numa certa angústia em relação ao seu tratamento. É por isso que o autismo não é um autoerotismo.

Em sua reflexão, Lacan aprofundou sua contribuição à questão dos discursos como modalidade de laço social, mas evidentemente, na esquizofrenia e no autismo, estamos fora do discurso — ainda que o sujeito que deriva para a paranoia, com a ajuda notadamente do delírio, tente forjar um simulacro



de discurso que torne possível algum laço. J.-A. Miller, num artigo sobre o que ele chama de “Clínica Irônica”, especifica com Lacan essa singularidade do esquizofrênico: ele não se defende do real por meio do simbólico, mais precisamente: “ele não se defende do real pela linguagem, porque para ele o simbólico é real” (Miller, 1993, p. 7).

Assim, Miller aponta a inclinação irônica do esquizofrênico. Para ele, trata-se de uma tentativa de dizer algo sobre o mundo, de dizer que o Outro não existe, que o laço social é, em sua essência, uma fraude. Miller prossegue: “Na perspectiva esquizofrênica, a palavra não é o assassinato da coisa, ela é a coisa” (Miller, 1993, p. 9). O que ainda assim ancora a psicose no mundo é a certeza da “coisa”, no sentido freudiano. E podemos ver as diferentes manifestações disso entre melancolia, paranoia e esquizofrenia. Com esses elementos, compreendemos bem por que desde seus primeiros trabalhos, Kanner aproximou o autismo infantil da esquizofrenia — ainda que, ao final, não o tenha incluído nela, e até mesmo na escolha da denominação.

### **Kanner**

Com Kanner, o autista fala, mas... Kanner fez seu primeiro estudo com 11 casos (Kanner, 1983), segundo ele, de particularidades fascinantes. A dimensão da fascinação está, de fato, muito ligada à observação dessas crianças, que no texto parecem percebidas a partir de outro universo, descritas em sua concha, habitadas por manias, apresentando rituais verbais sem sentido aparente. Aqueles que falavam não o faziam, manifestamente, com um intuito comunicativo. Esse caminho, induzido pela ausência de um discurso que estabeleça um laço, abriu espaço para uma clínica rica, mas limitada em sua ação. A reflexão aí se dirige à problemática dos impasses do simbólico em jogo. Um outro texto de Kanner (Druel-Salmane & Sauvagnat, 2002) nos mostra uma investigação mais centrada nos enunciados das crianças, que parecem lhe permitir captar algo do que impede o estabelecimento de um laço social na criança autista. Vejamos as proposições de Kanner que encontramos, nesse texto, articuladas em torno de casos.

Kanner não observa diferenças entre os autistas mudos e os autistas que produzem enunciados do ponto de vista do uso da linguagem: “A linguagem, quando presente, não parecia durante anos servir para comunicar sentido ao outro” (Druel-Salmane & Sauvagnat, 2002, p. 195). Trata-se, então, da função de comunicação, de sentido comum, que parece estar em questão: não há produção de uma significação que possa ser recebida. Por outro lado, Kanner observa uma função surpreendente: o uso repetitivo de um enunciado, por menor que seja, associado a um evento. Ele dá o exemplo de um “sim”, associado ao fato de ser carregado nos ombros; o que pode provocar um quiproquó, um mal-entendido na tentativa de compreensão por parte de quem se quer receptor de um enunciado.

Se Kanner, mais uma vez, retoma sua observação sobre a grande semelhança com a esquizofrenia, ele se interessa especialmente pelas particularidades da linguagem. Assim, ele nota o mutismo de 8 entre as 23 crianças, interrompido pela emissão do que ele chama de “frase integral” em situações de urgência. Em seguida, o uso da negação verbal simples como proteção mágica contra o

desprazer. A quase-surdez, que ele qualifica como inacessibilidade egocêntrica. A repetição ecológica, novamente, de frases integrais. A inversão pronominal, ou seja, o locutor sendo referido como “tu” e o receptor como “eu” (se é que podemos de fato utilizar esses dois referentes). E, por fim, um tipo particular de frase que ele chama de “frase fora de situação”.

Essas frases parecem deslocadas quanto ao seu significado, mas possuem um sentido preciso que Kanner consegue identificar com o tempo. Esse sentido está associado a uma situação e é repetido com o retorno da situação, podendo, por vezes, deslizar para situações associadas ou objetos associados. De fato, Kanner anota frases — “frases completas” — no sentido de que são sempre utilizadas com a mesma construção, associadas a um evento. Nesse sentido, podemos pensar que essas frases são “holofrases” e até mesmo poderiam ser qualificadas como significantes isolados (pois não entram em associação com a outro significante). O exemplo típico é o enunciado “não jogue o cachorro da varanda”, que a família relata a Kanner que a criança utiliza primeiramente para toda situação em que deve jogar algo fora. Isso leva o ouvinte a relacionar esse enunciado a repreensões autoendereçadas, e depois a todas as reprimendas em geral. Do mesmo modo, o conjunto “Peter comilão” é associado ao encontro com uma panela. Kanner (1983) consegue reconstruir a história dessas associações: no primeiro caso, por uma intervenção enérgica da mãe, irritada pelo fato de a criança jogar seu “paninho-cachorrinho” pela janela; no segundo, pelo fato de que a mãe, ao cozinhar, cantarolava essa cantiga para manter a criança calma.

Kanner (1983) nos fornece, assim, um certo número de exemplos de associações, em que um enunciado funciona como pontuação de um evento. Trata-se aí de uma tentativa de tratamento da realidade, uma tentativa de articulação, de separação — em outras palavras, uma tentativa de simbolização primitiva, que não consegue se distanciar do evento por impossibilidade de se combinar na linguagem. Encontramos tais situações em nossa clínica. Assim, Georges, encontrado no hospital dia, encerrado no trabalho interminável de deixar cair pedrinhas ritmicamente no chão, não pode suportar uma presença muito próxima. Para além de alguns gritos e caretas, ele pode então lançar um “eu te deixo!”, visando à realização do nosso desaparecimento de seu ambiente. Aí já há uma tentativa de uso desse conjunto significante com certa antecipação. Mas não se trata de uma interlocução dirigida ao outro. Aliás, a inversão pronominal, já observada por Kanner (1983), ilustra o fato de que se trata da apropriação desse conjunto a partir da associação com um evento, e não de uma enunciação articulada.

Assim, em todas as suas saídas da instituição, Georges dizia um “tchau Georges” que marcava a mudança produzida no mundo por sua partida.

Um outro tipo de associação, identificado por Kanner (1983), diz respeito à própria designação do sujeito ou de seus parceiros. O exemplo de “Blum”, por exemplo, é o de uma apreensão de uma parte qualificadora para esse uso. A partir da recepção insistente de uma propaganda — “Blum diz a verdade” —, a criança à qual se pede que diga a verdade e que obedece, passa então a se nomear Blum. O mesmo esforço designativo, utilizando uma parte sem considerar previamente um valor

específico, é usado para os parceiros. O único elemento determinante é a associação de um elemento e do objeto que é identificado pelo sujeito. Assim, o exemplo de "55" (idade ouvida) para a avó, que além disso introduz um valor discriminador entre as avós, é um esforço suplementar da criança para organizar o mundo.

Mas esse também é o caso do exemplo "hexágono" para a resposta "seis", ou ainda "Annette e Cécile" para designar cores. Vemos aqui a influência da marca inicial nesses últimos casos, já que é a primeira associação identificada que passa a valer dali em diante. Por fim, temos também o caso de "cozido como em casa" para designar uma cesta de pão, uso que acaba se generalizando a qualquer cesta que se possa encontrar.

Isso entra em contradição com o que os linguistas apontam sobre a aquisição da linguagem. O enunciado, aqui, está ligado a um acontecimento marcante e se repete para tratar de outros eventos, com possibilidades de extensões metonímicas.

Podemos evocar a atitude de Benoît, que no hospital dia se refere constantemente ao "Mégane vermelho" para designar qualquer meio de transporte. Ele empreendeu um longo trabalho de coleta e acumulação de calotas, depois de organização para reduzir o amontoado, o que lhe permitiu diferenciar os veículos. Aí se evidencia o esforço desses sujeitos para estabelecer um uso simbólico do mundo que possibilite um mínimo de distanciamento — um trabalho simbólico que vá além do simples vaivém que a maioria dessas crianças põe em jogo em uma primeira tentativa (brincadeiras com o corpo, com objetos, com botões etc.).

Podemos, de fato, pensar que, na falta de um desvio possível, na ausência desse vaivém, o universo se torna excessivamente pleno e não deixa espaço onde o sujeito possa se alojar — daí essas tentativas desesperadas de cavar, de atravessar o mundo de forma catastrófica. Retomamos aqui a questão lembrada por Lacan sobre o vazio necessário à criação, Lacan observando que esse problema é, notadamente, abordado na *Bíblia* por meio da noção de *tsimsum*, movimento de retração de um Deus onipresente de extensão infinita, a fim de deixar um espaço vazio necessário à criação.

Isso questiona a dimensão do apelo; assim, Georges, quando não está bem, quando sente sofrimento em seu corpo, grita ou "mamãe", ou "Isabelle" (nome da enfermeira que o acolheu e se colocou à sua disposição na instituição), mas sem que a chegada daquela que encarna esse nome em nosso mundo produza a menor interrupção desse grito. Assim, jamais esse grito pode ser transformado em um apelo por nossa presença — o que permitiria articulá-lo por meio da mediação de outro corpo parceiro, ligado pela linguagem. Não há encarnação de um Outro possível nesse momento de angústia, não há desejo para o *fallasser*.

Se retomarmos o conjunto desses dados, vemos que o que Kanner (1983) chama de "frase completa" é um representante sonoro associado ao seu referente, mas de forma congelada, não articulável, pois cada um dos elementos tem a mesma consistência. Não se trata ainda de um S1, pois está fixado numa associação sem desvio que introduziria a diferença, que permitiria uma inscrição da parte sonora no vaivém da constituição de um enunciado. Trata-se aí de um objeto do mundo tratado

como outro qualquer.

Se tomarmos o exemplo de “não jogue o cachorro pela janela” ou mesmo “eu te deixo”, vemos como se trata de um tratamento da *jouissance* (gozo) no mundo, da mesma maneira como a criança pode usar um objeto condensador de gozo, tal como propõe Éric Laurent (1997) o enunciado holofrásico se interpõe como objeto diante dessa presença problemática. A criança pode utilizar da mesma forma um objeto para se interpor diante de outro ameaçador (um lápis jogado diante dos olhos daquele que está ali e que o observa). Trata-se, então, para nós, de tentar desviar esse uso a fim de introduzir uma ruptura que crie uma pequena diferença, permitindo a implementação da associação. Vemos o quanto a criança tenta se inscrever nisso. O exemplo do deslizamento de “cozido como em casa” de um objeto específico (cesta de pão) para o conjunto da categoria (cestas) é desse tipo.

Mas se essa “frase completa” consegue se inscrever em um vaivém onde a articulação é possível, isso a inscreveria como um S1 (significante-mestre) preso à sua ancoragem real no referente; um podendo valer pelo outro, a palavra valendo pela coisa. A articulação que pode ocorrer é, assim, marcada por uma estranheza na sua recepção como mensagem — um S1 articulado ao seu peso de real, o que dá origem a enunciados do tipo “Cecília mais Ana dá violeta”. Essa enunciação produz, assim, a inscrição do sujeito em um vaivém real.

Vemos que o que se congela ou se cristaliza, como propôs Lacan, é a dificuldade de articulação do primeiro suporte simbólico no que poderia vir a se tornar significante no *après-coup* (no efeito retroativo) de uma colocação em série. Visamos, então, que esses representantes se tornem S1 por sua articulação a um S2 que produza ao mesmo tempo um saber e, assim, leve consigo esse espaço de vaivém que representaria o sujeito no mundo.

Para esses sujeitos, sua designação permanece problemática, seu ser podendo se encontrar sob o impacto do “tu” que os interpela. Presença insuportável de um desejo que faria consistir o Outro enigmático. Vemos, no exemplo da designação de seu ser por “Blum”, o quanto se trata aí da apreensão, em uma parte de um enunciado sonoro, de um fragmento que se apoia em um resto que se inscreve nos enunciados dos pais. Os pais questionando a verdade a seu respeito, sua resposta é o uso da parte designativa desse outro enunciado repetido em seu ser pela televisão: “Blum diz a verdade”. Trata-se, portanto, mais de um eco que lhe retorna diante do surgimento da “verdade”, do que de uma verdadeira designação.

A. Di Ciaccia insiste: o autista também está na linguagem, mas não está no discurso. Portanto, sem possibilidades de se virar com os laços sociais que se estabelecem entre os seres falantes (Di Ciaccia, 2005). Assim, mais uma vez, a fala não é mais do que uma *jouissance* (gozo) intrusiva. A criança autista, assim, confronta-se com o UM sozinho do gozo. Há, então, um mundo regido pela estrutura elementar do simbólico, e cabe ao sujeito produzir uma regulação mínima do gozo, por meio da repetição sem queda, sem conclusão.

Para Di Ciaccia, no autismo não apenas o simbólico é real, mas o imaginário também. A questão que Di Ciaccia extrai do ensino de Lacan e da A experiência das instituições que se interessaram pelos

autistas consiste em encontrar “modalidades de tornar-se parceiro da criança autista para permitir que a fala circule e seja escutada” (Di Ciaccia, 2005, p. 111). As instituições que acolhem essas crianças devem ser capazes de valorizar as invenções das crianças autistas. Os parceiros, na mesma perspectiva sustentada por É. Laurent, posicionam-se eventualmente entre a criança autista e seu Outro de gozo. Di Ciaccia (2005, p. 111) cita V. Baio: “ser dócil com o sujeito, implacável com o Outro.”

A. Di Ciaccia (2005) estabelece assim uma série de condições para o trabalho, para tornar-se parceiro da criança autista, e apresenta as modalidades de trabalho institucional que daí decorrem. Trata-se, então, da tentativa de pôr em prática o que J.-A. Miller chamou de “prática a vários”, um “trabalho de bricolagem que serve para cobrir buracos da estrutura e permite à criança autista dizer não ao Outro do lado do gozo mortífero, e dizer sim ao Outro da cadeia significante” (Di Ciaccia, 2005, p. 117). Uma oferta feita à criança de uma possibilidade de se inscrever no laço social, de se humanizar.

A prática da Antenne 110 (instituição de Bruxelas criada por Di Ciaccia), onde a criança busca se produzir como sujeito no vaivém que impõe a um objeto privilegiado, visa permitir à criança passar de uma construção metonímica no espaço a uma construção metonímica no saber. Pensamos aqui no caso de uma criança autista apresentado por V. Baio, que se tornou um adulto perseguido (Baio, 1996). Ele especifica: “Essas operações são, antes de tudo, assunto do sujeito, de um sujeito que tenta se produzir realizando uma construção.” (Baio, 1996, p. 65). É necessário compreender bem o objetivo dessa produção. Di Ciaccia (2001, p. 23) escrevia: “nossas instituições se dão como objetivo permitir à criança acessar o ato de se produzir como sujeito”. E ele especifica que esse objetivo se apresenta como algo impossível, pois deve contornar uma dificuldade intrínseca ao autismo.

Retornamos aqui à questão do sujeito da enunciação, ao que é produzido por um ato de dizer, cuja dificuldade vimos no caso do autista. Partindo do ponto em que se pode considerar que o Outro do sujeito autista dá a impressão de permanecer mudo, a criança, para Di Ciaccia (2001), não é mais do que um resto de um discurso congelado, condensador de gozo. A posição dessas instituições é a de trazer ar, de recolocar em movimento esse Outro congelado.

Danielle Devroede, que trabalha nessas instituições, apresenta três casos e mostra como o interveniente tenta assumir o ato de enunciação para nomear aquilo que a criança encontra, ao mesmo tempo designando uma posição possível para ela (Devroede, 1995). Essa enunciação, que associa o sujeito em falha, encontra seu endereço em outro interveniente que se propõe a acusar o recebimento desse ato. Nós temos Portanto, uma enunciação produzida por um adulto com outro adulto, colocando em jogo o elemento designativo da criança: “Se esses corn flakes o incomodam, vamos jogá-los no lixo. Fred concorda?” (Devroede, 1995, p. 18) Notemos que não há interpelação direta da criança; a segunda parte do enunciado ainda se apoia no endereço oferecido pelo segundo interveniente. É este último, aliás, que colocará a ação em prática posteriormente, permitindo que Fred se associe a ela. O efeito de apaziguamento obtido nesse caso mostra o valor dessa construção, as cadeias discursivas então produzidas pela criança e a abertura que esse ato de enunciação permitiu.

### **Do *falasser* ao sujeito, o impasse autístico.**

Lacan, ao longo de seu ensino, passou do sujeito — sujeito efeito do significante — ao *falasser*, corpo parasitado pela linguagem. Em seu trabalho sobre *O último Lacan*, Miller (2007, s/p.) nos diz:

Pois bem, no avesso de Lacan, onde o Outro é destituído, onde o sujeito é pensado a partir do real, do simbólico e do imaginário como sendo essas três consistências; aliás, estou errado em dizer o sujeito, já não se trata do sujeito, já não é o sujeito do significante, já não é o sujeito da identificação, é o ser humano qualificado como *falasser*.

J.-A. Miller (2007) remete-se à experiência da clínica infantil, particularmente da criança em grande dificuldade, fazendo referência aos trabalhos dos Lefort, especialmente à clínica de Rosine Lefort. No livro *O nascimento do Outro*, “eles (R. e R. Lefort) se dedicam a mostrar, precisamente, como o Outro — com maiúscula — se constrói a partir do Um-corpo, para retomar o termo que eu havia inscrito no quadro na última vez” (Miller, 2007, s/p.). A clínica deles acabou se inscrevendo no campo do autismo, do qual fizeram uma nova categoria clínica. E Miller acrescenta:

Mas além disso, pode-se dizer que eles fizeram ver que ali estava talvez a categoria clínica fundamental, que o autismo era o estatuto nativo do sujeito, por assim dizer. E a palavra sujeito, aqui, deve ser colocada entre aspas, e talvez ceder lugar ao termo *falasser*, que Lacan utilizava para designar ao mesmo tempo o sujeito e o inconsciente. (Miller, 2007, s/p.).

Miller (2007, s/p.) nos indica que o autismo deve ser aqui considerado como uma categoria clínica fundamental, “do Lacan desse sistema que se desfaz, e onde, por vezes, ele reduz o inconsciente ao fato de falar sozinho”.

Neste curso, Miller revela esse último percurso de Lacan, criticando o Lacan do sujeito efeito do significante, pois isso fazia do significante o mestre do sujeito em sua própria determinação. E não é essa a via que escolhe o autista, se é que podemos falar em escolha. O *falasser* autista vai, no entanto, poder usar a lógica do significante (como Kanner logo notou), num tratamento da linguagem como ferramenta. Heresia? Pois o significante por sua própria potência vai acabar por provocar efeitos sujeito. Mas o autista se reconhece nisso? É toda a dificuldade, os autistas podendo usar a linguagem à sua maneira, recuperando um “isso fala” para utilizar o que transporta a palavra a fim de tratar por sua vez o que encontram em seu mundo. Um dizer é produzido, portanto é um efeito sujeito para aquele que o escuta. Com o mal-entendido, que aliás permanece esquecido por trás do que se escuta no que se diz. Mas paradoxalmente, para aqueles que trabalham com os autistas, é o dizer que se impõe como segurança da presença subjetiva. Ainda que nada se entenda do que se diz... Como lembra Lacan, há algo a lhes dizer, é preciso encarnar um “isso fala” que lhes permitisse articular um pouco do que

encontram. Foi isso que atraiu o ouvido de Kanner, essas famosas frases completas, de uma construção frequentemente gramaticalmente correta, mas deslocada para um uso generalizado de sua experiência sobre todo tipo de situações, criando uma incompreensão no ouvinte. Da necessidade de saber de onde eles a haviam escutado como indica Lacan. É certamente por isso também que os autistas não deliram, não há sujeito do significante que identificaria o *falasser* num significante. Ademais as dificuldades em suportar a presença do Outro, do inconsciente da mesma forma, ameaça esse *falasser* do caos, pois ele não está claramente aparelhado da linguagem e, portanto, afetado pelo inconsciente. Somente certa aproximação do significante lhe permitiria se apresentar mais ou menos como sujeito, mas por não se alienar nisso, esse sujeito permanecerá incerto, e, portanto, o mundo também.

**Tradução:** Catarina Coelho dos Santos

**Notas:**

1. Artigo baseado na conferência de mesmo nome, realizada no dia 10 de maio de 2025, pelo Instituto Sephora de Ensino e Pesquisa de Orientação Lacaniana - ISEPOL, como parte do Ciclo de Conferências Franco-Brasileiras.
2. Critérios de Domínio de Pesquisa (RDoC), lançado em 2009 nos Estados Unidos pelo Instituto Nacional de Saúde Mental (NIMH), o projeto RDoC, dedicado à pesquisa, se opõe ao Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) ao enfatizar as dimensões do funcionamento normal do cérebro, no cruzamento de pesquisas genéticas, neurociências cognitivas e ciências comportamentais. É o grande projeto internacional da futura classificação psiquiátrica.

**Referências Bibliográficas**

- Austin, J. L. (1970). *Quand dire c'est faire*. Éditions du Seuil.
- Baghdadli, A., Noyer, M., & Aussilloux, Ch. (Dir.). (2007). *Interventions éducatives, pédagogiques et thérapeutiques proposées dans l'autisme*. Ministère de la Santé et de la Solidarité, DGAS, CRA Languedoc- Roussillon, CREA Languedoc- Roussillon.
- Baio, V. (1996). Kim, l'enfant bouée. *Mental*, 2, 63–70.
- Benveniste, E. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Gallimard.
- Bobon, J. (1988). Le pseudo-glossolalies ludiques et magiques - Trois langues artificielles, d'origine ludique, chez une paraphrénique hypomaniaque. *Journal Belge de Neurologie et de Psychiatrie*, 47, 327-355. (Trabalho original publicado em 1947).
- Boyer, P. (1981). *Les troubles du langage en psychiatrie*. PUF.
- Cénac, M. (1925). *De certains langages créés par les aliénés*. Contribution à l'étude des glossolalies. Paris: Jouve.
- Chaslin. (1912). *Éléments de sémiologie et clinique mentales*. Paris : Asselin et Houzeau

- Chomsky, N. (1970). *Le langage et la pensée*. Payot.
- Danchin, L., & Riviere, P. (1971). *Linguistique et culture nouvelle*. Éditions universitaires.
- Dessons, G. (2006). *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Press.
- Devroede, D. (1995). À qui s'adresse-t-on en institution? *Préliminaire*, (7), 17–22.
- Di Ciaccia, A. (2001). Une institution et son atmosphère. *Préliminaire*, (12), 21–34.
- Di Ciaccia, A. (2005). La pratique à plusieurs. *Cause Freudienne*, (61), 107–18.
- Druel-Salmane, G., & Sauvagnat, F. (2002). Un inédit de Kanner: sur deux applications opposées de la notion de métaphore aux psychoses. *Psychol Clin*, (14), 193–213.
- Ducrot, O. (1984). *Le dire et le dit*. Éditions de minuit.
- Freud, S. (1985a). Au-delà do princípio de prazer. In J. Altounian & J. Laplanche (Trad.), *Essais de psychanalyse*. Payot. (Trabalho original publicado em 1920).
- Freud, S. (1985b). La négation. In J. Laplanche (Trad.), *Résultats, idées, problèmes*, II. PUF.
- Freud, S. (2009). Esquisse d'une psychologie scientifique. In A. Berman (Trad.), *La naissance de la psychanalyse* (pp. 309-371). PUF. (Trabalho original publicado em 1895).
- Gauger, H. M. (1981). Le langage chez Freud. *Confrontation Psychiatrique*, 19, 189–21.
- Gervais, H., Belin, P., Boddaert, N., Leboyer, M., Coez, A., Sfaello, I., Barthelemi, C., Brunelle, F., Samson, Y., & Zilbovicius, M. (2004). Abnormal cortical voice processing in autism. *Nature neuroscience*, 7(8), 801-802.
- Golse, B. (1999). *Du corps à la pensée*. PUF.
- Grollier, M. (2007). Analyse d'énoncés d'enfants autistes à partir de la psychanalyse, quelle ouverture pour une énonciation? *Evolution psychiatrique*, (72), 421–435.
- Grollier, M. (2010). De la pensée sensu-actorielle à la pensée lingui-spéculative, quelle concepção de l'inconscient? In: M. Arrivé (Dir.). *De la grammaire à l'inconscient: dans les traces de Damourette et Pichon*. Lambert-Lucas.
- Jones, E. (2006). *La vie et l'œuvre de Sigmund Freud*. PUF.
- Kanner, L. (1983). Autistic disturbances of affective contact. In: G. Berquez (Ed.), *Autisme infantile*. PUF.
- Khan, B. F. (1989). *Le langage*. Quintette.
- Konopczynski, G. (2005). Les enjeux de la voix. In: M.-F. Castarède & G. Konopczynski (Dir.), *Au commencement était la voix* (pp. 33-50). Érès.
- Kress Rozen, N. (1981). Linguistique et antilinguistique chez Lacan. *Confrontation Psychiatrique*, 19, 145–162.
- Lacan, J. (1973). *Le séminaire, Livre XI, les quatre concepts fondamentaux de la psychanalyse*. Le Seuil. (Trabalho original publicado em 1963-1964).
- Lacan, J. (1974). Déclaration à France Culture à propos du 28e Congrès international de psychanalyse, juillet 1973. *Le Coq-Héron*, 46/47, 3–8.
- Lacan, J. (1975a). *Encore, Le séminaire livre XX*. Seuil. (Trabalho original publicado em 1972).



- Lacan, J. (1975b). *Le séminaire, livre I, Les écrits techniques de Freud*. Le Seuil. (Trabalho original publicado em 1953-1954).
- Lacan, J. (1977). *Le moment de conclure, Séance du 15 novembre*. Inédit.
- Lacan, J. (1985). Conférence à Genève sur le symptôme. *Le Bloc-notes de la psychanalyse*, 5, 5–23.
- Lacan, J. (1986). *Séminaire VII, L'éthique de la psychanalyse*. Le Seuil.
- Lacan, J. (2001). *Autres écrits*. Le Seuil.
- Lantéri-Laura, G. (1966). *Les apports de la linguistique à la psychiatrie contemporaine*. Masson.
- Lantéri-Laura, G., Khaiat, E., & Tevissen, R. (1994). Introduction aux problèmes actuels des rapports entre psychiatrie e linguistique. *Rev Int Psychopathol*, 14, 271–95.
- Largeault, J. (1994). Quine, « Le Continuisme et la fin de l'épistémologie néo-positiviste ». *Revue Philosophique*, 3, 318.
- Laurent, E. (1997). L'enfant autiste. *Bull Groupe Petite Enfance*, 11, 40–50.
- Lefort, R., & Lefort, R. (1988). *Les structures de la psychose, l'enfant au loup et le président*. Le Seuil.
- Maleval, J.-C. (2007, Maio). *Plutôt verbeux les autistes. La cause freudienne/Nouvelle revue de psychanalyse*, 66, 127–140.
- Miller, J.-A. (1993). Clinique Ironique. *Cause Freudienne*, 23, 7–13.
- Miller, J.-A. (2007). *Le tout dernier Lacan*. Séminaire 2006-2007, Inédit.
- Miller, J.-A. (1994). Lacan et la voix. *Quarto*, 54 (De la Voix), 30–34.
- Pichon, E. (1953). *Le développement psychique de l'enfant et de l'adolescent*. Masson. (Trabalho original publicado em 1936).
- Quine, W. V. O. (1962). Le Mythe de la signification. In: *La Philosophie analytique*. Minuit.
- Research Domain Criteria. (2009). *National institute of mental health (NIMH)*.
- Saussure, F. de. (1916). *Cours de linguistique générale*. Payot.
- Searle, J. R. (1972). *Les Actes de Langage*. Hermann.
- Séglas, J. (1892). Des troubles du langage chez les aliénés. Paris: Rueff et compagnie.
- Snell, L. (1980). Des altérations de la façon de parler et de la formation d'expressions et de mots nouveaux dans les delires. *Évolution psychiatrique*, 45 (2), 365-374. (Trabalho original publicado em 1852).
- Tanzi. (1982). Paranoïa. *Analytica*, 30, 55 -89. (Trabalho original publicado em 1904).
- Thibault, L. (2011). Troubles sémantiques et pragmatiques du langage: intérêt de l'analyse linguistique en psychiatrie et cadres pathologiques. *Neuropsychiat. Enf. et Adol.*, 59, 260-265.
- Wing, L. (1996). *The Autistic Spectrum: A Guide for Parents and Professionals*. Constable.

**Citação/Citation:** Grollier, M. (mai. 2025 a out. 2025). O mal-entendido da linguagem no autismo. (C. C. dos Santos, Trad.). *Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana*, 20(40), 32-57. Disponível em <https://www.isepol.com/asephallus> DOI: 10.17852/1809-709x.2025v20n40p32-57.

**Editor do artigo:** Tania Coelho dos Santos

**Recebido/ Received:** 09/05/2025 / 05/09/2025.

**Aceito/ Accepted:** 15/11/2025 / 11/15/2025.

**Copyright:** © 2025. Associação Núcleo Sephora de Pesquisa sobre o moderno e o contemporâneo. Este é um artigo de livre acesso, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte sejam citados/This is an open-access article, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the author and source are credited.